

RESENHA

Andrew Wallace-Hadrill. *Rome's Cultural Revolution*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2008. Pp. xxi, 502; 16 p. of plates. ISBN 978-0-521-89684-9; 978-0-521-72160-8

Fábio Augusto Morales¹

O que é “ser romano” entre a República e o Principado? A resposta poderia partir dos clichês historiográficos (ser romano é usar toga, falar latim, ser cidadão de Roma) ou mesmo da própria negação da questão (as “identidades” são um problema para os nossos dias, sem paralelo na antiguidade). No entanto, expressão da hegemonia dos estudos culturais na historiografia, o livro de Wallace-Hadrill leva a questão aos seus limites. Dois movimentos são claros: primeiro, ser romano não exclui outras identidades, e é preciso analisar o modo como essas identidades se produzem e se articulam; segundo, não se trata de apenas de analisar a identidade romana e suas crises, mas também de analisar como os indivíduos e grupos sociais concebem estas transformações. E isso muda tudo.

Professor da University of Reading, Andrew Wallace-Hadrill foi diretor da Escola Britânica de Roma por 14 anos (1995-2009), construindo uma obra que abordou temas ligados tanto à cultura material quanto imaterial. Em *Rome's Cultural Revolution*, o leque de fontes abordadas é realmente impressionante: oratória, filosofia, historiografia, antiquarianismo, epigrafia, numismática, iconografia, arquitetura, estatuária, mobiliário, moda... Tal erudição, contudo, não impediu debate com algumas das principais correntes teóricas que atravessaram a academia nas últimas décadas, das quais se destacam os chamados *Cultural studies* e os *Post-colonial studies*. Fortemente influenciadas pelas obras de Foucault, Derrida e Said, propunham a desconstrução das identidades como meio de denunciar sua arbitrariedade e, conseqüentemente, as relações de poder implícitas. Se desde a década de 70 tais correntes foram incorporadas na crítica literária e na filosofia, somente nos anos 90 a historiografia passou a abordar o tema das identidades e representações. No livro de Wallace-Hadrill, tal problemática, unida à erudição, permitiu a desestabilização de algumas interpretações consagradas.

¹ Professor de História Antiga/PUC-Campinas e Doutorando/FFLCH-USP

Por exemplo, o antiquarianismo. Os antiquários romanos do século I a. C. eram vistos pela historiografia como estudiosos que buscavam as tradições romanas em um tempo de mutação e, conseqüentemente, decadência; e neste sentido, a obra remanescente dos antiquários era uma fonte fundamental para o estudo das mais antigas tradições romanas – antiquários eram quase “colegas”. Wallace-Hadrill, a partir fundamentalmente da leitura foucaultiana da relação saber-poder, inverte a imagem dos antiquários: ao denunciar a decadência do presente e buscar as tradições antigas *a partir de uma estrutura cognitiva de origem grega*, eles revolucionam as tradições, usurpando o direito tradicional da aristocracia romana na definição e reprodução das tradições. Os antiquários não são colegas antigos dos historiadores modernos: são revolucionários no campo do conhecimento.

Tal inversão, vale reiterar, está fundada tanto na erudição e conhecimento profundo das fontes *quanto* no diálogo e apropriação de discussões de autores como Michel Foucault e Veblen, Edward Said e Saussure, e muitos outros. A riqueza do livro de Wallace-Hadrill reside justamente nesse duplo diálogo, com as fontes e com a teoria. Retomemos, em linhas gerais, o movimento do livro.

A primeira parte, “Culture and identities”, apresenta os pressupostos teóricos e seus primeiros exemplos. Em “Culture, identity and power”, o autor critica a visão da identidade romano como algo imutável, sólido, e mesmo excludente: ser romano muda com o tempo, e não impede outras identidades. Um paralelo trazido pelo autor é o da linguagem da segunda geração de imigrantes: se os pais falavam a língua natal e, com muita dificuldade, a língua do novo local, os filhos desenvolver a habilidade de falar as duas línguas, mantendo uma identidade múltipla, sem necessariamente a criação de uma terceira, fruto de uma fusão; e, além disso, argumenta-se que a história a arqueologia podem abordar estes temas. Em “Dress, language and Power” são apresentados dois exemplos desta abordagem: a relação toga romana/himation grego, a partir da documentação retórica e escultórica, na qual o autor afirma que as roupas tipicamente romanas só aparecem sob Augusto, e que, dependendo da situação, um típico romano pode (e às vezes deve) usar roupas gregas; e a sistematização da língua latina, que foi feita a partir dos debates específicos da erudição gramatical grega.

A segunda parte, “Building Identities”, analisa a gestação da identidade romana e de identidades alternativas dentro do contexto da Itália “romanizada”. Em “Roman Italy: between Roman, Greek, and local”, o analisa o processo de romanização da Itália, apontando não apenas para os processos de auto-romanização, quanto para a produção

de identidades alternativas, a partir do jogo entre as identidades locais, a identidade grega e a romana: as populações italianas não abandonaram suas culturas para adotar a identidade romana, mas, pelo contrário, criaram amalgamas em que as diferentes identidades poderiam emergir em diferentes momentos, a “Guerra Social” sendo um momento decisivo. Em “Vitruvius: building Roman identity”, o autor analisa na obra de Vitruvius as diferenciações entre uma arquitetura tipicamente grega e outra latina, mostrando as tensões desta construção intelectual tanto em sua concepção (enquadrar a prática romana na teoria grega) quanto em suas omissões (os anfiteatros latinos, por exemplo); a continuação do capítulo aborda elementos arquiteturais de diversas regiões da Itália (particularmente Pompéia), numa espécie de continuação da obra vitruviana pelo avesso.

A terceira parte, “Knowledge and Power”, inicia a discussão sobre os processos revolucionários presentes nas transformações culturais do século I a.C., a saber, a ascensão do conhecimento antiquário e a reorganização da administração urbana por Augusto. Em “Knowing the Ancestors”, como já foi dito, os antiquários são vistos como usurpados do poder das elites tradicionais; entretanto, mais do que isso, os antiquários indicam a ascensão de uma nova elite, italiana, que não pode projetar suas raízes nos primórdios de Roma, mas pode, a partir da ciência grega, desautorizar os membros de famílias romanas apontando seus erros de história, genealogia e mensuração do tempo. Em “Knowing the city”, o objeto é o modo como se conhece e, conseqüentemente, como se controla a cidade: se a estrutura cognitiva dos *septimontes* se associava ao poder da aristocracia tradicional sobre espaço, a reorganização feita já sobre o Principado da administração urbana em *regiones* articuladas aos *vici* aponta para uma maior racionalização do poder estatal sobre o espaço, testemunhado no mapa severiano da cidade, o qual, segundo o autor, pressupunha mapas mais detalhados que não sobreviveram. Dois novos poderes, portanto, se impõem: o conhecimento grego e o Estado imperial, inseparáveis, tendo em vista a constituição da corte imperial.

A quarta parte, “The consumer revolution”, articula um grande número de estudos de caso sobre o luxo em Roma, tanto em seus aspectos teóricos quanto na variedade da documentação. Em “Luxury and the consumer revolution”, a partir de uma longa discussão sobre a ruptura na análise do luxo (e da vida econômica como um todo) operada pela Revolução Industrial no século XVIII, o autor aborda o problema da análise do luxo utilizando a tese primitivista da indissociação da esfera econômica do quadro das relações sociais, o que explica como o problema do luxo em Roma era

discutido mais em termos morais do que propriamente econômicos. Em “Waves of Fashion”, o autor analisa a imensa variedade de artigos de luxo, produzidos ou não na Itália, que atravessaram as rotas comerciais mediterrânicas em diversas direções, dos elementos decorativos egípcios às lamparinas de bronze gregas, elaborando uma cronologia em três etapas: República Tardia, como intenso incremento de artigos gregos, reino de Augusto, com a criação e expansão da produção italiana de cópias de artigos orientais, e Alto Império, com o aumento da exportação de artigos de luxo a partir da Itália. Mais do que helenização, a circulação dos artigos de luxo (e de sub-luxo, consumido por uma sub-elite) promove uma lógica própria na integração entre produtos de diversas regiões do Mediterrâneo.

O último capítulo, “Epilogue: a Cultural Revolution”, procura fazer menos uma síntese do que uma interpretação geral dos diversos aspectos da “revolução cultural” abordados no livro. A tese central, mais claramente enunciada na terceira parte, é a de que “revolução cultural de Roma” é uma manifestação de uma dupla revolução: social, pela ascensão econômica e social das elites italianas em função da expansão imperial, e política, a criação de uma autocracia pelas reformas de Augusto. Esta dupla revolução, relembra o autor, está no centro da proposta de Syme em *Roman Revolution*, interpretado por Wallace-Hadrill como pioneiro nos estudos pós-coloniais (Syme era neozelandês e analisou a ascensão das elites locais italianas sobre a aristocracia tradicional romana). Argumento decisivo nesta discussão são as reformas de Augusto no censo romano, ampliando tanto o Senado como o corpo cívico como um todo. O livro conclui discutindo a necessidade de a análise ultrapassar uma visão restrita às elites, levando em conta o conjunto dos cidadãos.

Mas poderíamos nos perguntar: a análise de Wallace-Hadrill conseguiu superar tal restrição às elites? A resposta parece ser negativa. Os grupos sociais “que não são elites” aparecem no texto muito marginalmente, ora como imitadores dos produtos de luxo da elite (a sub-elite e seu sub-luxo!), ora como dados numéricos, caso dos escravos e o peso econômico de seu influxo na Itália, e dos cidadãos mencionados na discussão sobre o censo augustano; ou mesmo os libertos, em busca de reconhecimento social posto que já se tornaram membros da elite, ao menos do ponto de vista econômico. *Rome’s Cultural Revolution* é um livro sobre a revolução cultural das elites, e, ainda que procure sair dessa limitação, na minha visão, não consegue.

Esta limitação não sucede, como se poderia argumentar, da natureza das fontes – produzidas pela elite. Parecem-me muito mais decisivos os pressupostos teóricos do

livro, particularmente em sua filiação aos estudos culturais. O livro busca fazer uma história das identidades e encontra lutas identitárias e revoluções culturais. Não que seja pouco, pelo contrário: boa parte do esforço do livro está em demonstrar a existência de tais lutas e revoluções, por meio de inversões radicais na leitura das fontes, como já foi mencionado. No entanto, deixa de lado completamente a questão das classes e da luta de classes, preferindo a análise centrada na categoria de “estamentos” mais do que na de “classes” (ouvem-se os ecos do debate Finley/Ste. Croix). Na abordagem adotada pelo livro, a adoção da estrutura de conhecimento grega para análise da gramática, da arquitetura e da genealogia é explicada pela ascensão social e política de elites italianas “heleno-romanizadas”: é uma nova elite, buscando e conseguindo reconhecimento. Mas e a plebe, os escravos, os camponeses: os trabalhadores? Apagados dentro das relações de patronato? O livro não discute a questão. A revolução cultural das elites locais se volta contra, unicamente, a elite tradicional romana: aos dominados, fica a sobra. Talvez seja o tempo, após a dominação acadêmica dos estudos culturais e após os anos dourados da globalização, de se pensar tais movimentos culturais para além da corte e do Senado...